

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2 /
Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Wanda
Pereira de Lima, Janaína Rodrigues Reis Nascimento. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0036-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.363222903>

1. Formação docente. I. Purificação, Marcelo Máximo
(Organizador). II. Lima, Wanda Pereira de (Organizadora). III.
Nascimento, Janaína Rodrigues Reis (Organizadora). IV.
Título.

CDD 370.71

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores, saudações.

Apresentamos o e-book “Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2”, que exibe um conjunto de textos, resultantes de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diversos contextos, com o objetivo de apresentar a relação teoria-prática desenvolvida por professores na construção do conhecimento em diferentes instituições do Brasil e professores da Universidad Autónoma Chapingo no México. Organizado em dezesseis capítulos temáticos, este e-book aproxima o leitor do cotidiano dessas instituições e, conseqüentemente, de diversos saberes, que permeiam a formação docente, estruturando contextos/significados/práticas. Nesses dezessete capítulos, destacamos alguns argumentos explicativos que permeiam o contexto social atual (marcado pela COVID-19), a docência e os processos de formação que a compõem - que envolvem políticas públicas, trabalho pedagógico, processos de inclusão, experiência, estratégias de ensino, estágio curricular/práticas supervisionadas, ludicidade, integração tecnológica, entre outros -. Nesse sentido, este e-book apresenta questões que podem subsidiar e colaborar nas discussões e reflexões de profissionais da educação dos mais diversos níveis de ensino. Dito isso, desejamos a todos uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação

Wanda Pereira de Lima

Janaína Rodrigues Reis Nascimento

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A GEOMETRIA PLANA POR MEIO DE ATIVIDADES NO GEOGEBRA: CONTRIBUINDO PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EJA

Jeane do Socorro Costa da Silva

Eliza Souza da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229031>

CAPÍTULO 2..... 13

A BNCC: PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MG

Leiliane Soares Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229032>

CAPÍTULO 3..... 19

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID 19

Lânia da Silva Cardoso

Francinalda Pinheiro Santos

Aclênia Maria Nascimento Ribeiro

Galvaladar da Silva Cardoso

Ravena de Sousa Alencar Ferreira

Perla Maria Antão de Alencar Carvalho

Luciana Spindola Monteiro Toussaint

Verônica Elis Araújo Rezende

Sylvia Helena Batista Pires Ferreira

Maria Luzilene dos Santos

Érida Zoé Lustosa Furtado

Jardilson Moreira Brilhante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229033>

CAPÍTULO 4..... 27

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO II DO CURSO DE LETRAS E OS PROJETOS DE LETRAMENTO: UM OLHAR PARA O IMPREVISÍVEL

Márcia Regina Mendes SANTOS*

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229034>

CAPÍTULO 5..... 36

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ALUNOS E PROFESSORES DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SÃO GONÇALO-UERJ SOBRE TUBERCULOSE

Mônica Antônia Saad Ferreira

Rogério Carlos Novais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229035>

CAPÍTULO 6	42
ENTRE OS RIOS DO AMAZONAS E OS CAMINHOS DO PARFOR: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE PEDAGOGIA NO ALTO SOLIMÕES	
Monica Silva Aikawa Nataliana de Souza Paiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229036	
CAPÍTULO 7	50
DESAFIOS E SUPERAÇÕES DO ENSINO REMOTO	
Letícia Gomes Ferreira Caroline Gomes Ferreira Glauber Oliveira Benjamim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229037	
CAPÍTULO 8	54
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LIBRAS: MAPAS CONCEITUAIS COMO RECURSOS VISUAIS	
Estêvam Farias Sá Fernanda Grazielle Aparecida Soares de Castro Lidiane Sena Pinheiro Luciana Soares Freitas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229038	
CAPÍTULO 9	65
CONSTRUÇÃO ATIVA DO CONHECIMENTO QUÍMICO ATRAVÉS DO ANIME DR.STONE	
Natália Matos Sanglar Costa Marcelo Monteiro Marques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229039	
CAPÍTULO 10	73
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DE 1988 À 2016	
Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lourena Maria de Aquino Nogueira Lenina Lopes Soares Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.36322290310	
CAPÍTULO 11	87
LA PRÁCTICA EDUCATIVA: DESDE LA FENOMENOLOGÍA DE LA CORPORALIDAD	
Mafaldo Maza Dueñas Vanessa García González	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.36322290311	
CAPÍTULO 12	98
GRUPO DE ESTUDO EM AVALIAÇÃO ESCOLAR E SEUS SIGNIFICADOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO DE FORMADORES DE PROFISSIONAIS	

CAPÍTULO 13..... 110

PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL EM ANÁLISE

Iza Cristina Prado da Luz

CAPÍTULO 14..... 123

LUDICIDADE E EDUCAÇÃO: PRÁTICA E TEORIZAÇÃO DOCENTE

Darli Collares

CAPÍTULO 15..... 135

O PIBID E A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES

Paula Arcoverde Cavalcanti

CAPÍTULO 16..... 143

PERCEÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

CAPÍTULO 17..... 157

“O ROMANCE DO PAVÃO MYSTERIOSO”: APRENDIZAGEM EM DOC NA AULA

Luiza Maria Aragão Pontes

SOBRE OS ORGANIZADORES 163

ÍNDICE REMISSIVO..... 165

PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL EM ANÁLISE

Data de aceite: 01/03/2022

Iza Cristina Prado da Luz
UFPA

RESUMO: Este trabalho consiste em análise referente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que visa alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O objetivo é analisar o Pnaic, no que se refere à formação continuada de professores, com base na legislação educacional. Em um primeiro momento será apresentada análise referente ao Pnaic no bojo da política de formação continuada de professores, sob a perspectiva da legislação educacional como Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e, em seguida este programa será analisado no âmbito da legislação mais diretamente relacionada a este programa, como, a portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, que institui o Pnaic, a Portaria nº 1.458 de 2012 que define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do programa; a Portaria nº 90 de 2013, que define o valor máximo das bolsas para os profissionais participantes da formação continuada de professores alfabetizadores e a Lei nº 12.801 de 2013 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pnaic e, por último

serão apresentadas conclusões. Esta análise reafirma uma política de formação continuada de professores da educação básica vinculada à busca por melhores resultados educacionais nas avaliações em larga escala, subsidiada pela legislação educacional mais ampla e a relacionada a este programa.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Formação de professores; Legislação Educacional.

ABSTRACT: This work consists of an analysis regarding the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC), which aims to teach all children up to eight years of age, at the end of the 3rd year of elementary school, to read and write. The objective is to analyze the Pnaic, with regard to the continuing education of teachers, based on educational legislation. At first, an analysis will be presented regarding the Pnaic in the context of the policy of continuing teacher education, from the perspective of educational legislation such as Law No. 6.094, of April 24, 2007, which provides for the implementation of the All for Education Commitment Goals Plan, and then this program will be analyzed within the scope of legislation more directly related to this program, such as Ordinance No. 867 of 4 of July 2012, establishing the Pnaic, Ordinance No. 1458 of 2012, which defines categories and parameters for granting study and research grants within the scope of the program; Ordinance No. 90 of 2013, which defines the maximum amount of scholarships for professionals participating in the continuing education of literacy teachers and Law No. Finally, conclusions will be presented.

This analysis reaffirms a policy of continuing education for basic education teachers linked to the search for better educational results in large-scale assessments, supported by broader educational legislation and that related to this program.

KEYWORDS: Educational Policies; Teacher training; Educational Legislation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em análise referente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um programa do MEC, que se configura como um compromisso assumido entre o governo federal, estadual e municipal que pretende alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. No âmbito da legislação educacional mais ampla destaca-se que este compromisso é firmado via Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

De acordo com o Manual do Pacto (2012), as ações do Pnaic se apoiam em quatro eixos de atuação: formação continuada de professores alfabetizadores, materiais didáticos e pedagógicos, avaliações e, gestão, controle social e mobilização. No entanto, tem como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores, sendo estes os que atuam em turmas de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental e professores de classes multisseriadas. O referido programa governamental tem como principais referências o Programa pela Alfabetização na Idade Certa (Paic) e o Programa Pró-Letramento.

No que se refere à legislação educacional que trata da relação entre a formação continuada de professores e melhoria da educação básica, sobretudo, a alfabetização na Idade Certa se destaca o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, mediante principalmente, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB).

A referida análise visa trazer para discussão o Pnaic como parte da política educacional consolidada nos anos 2000, no que se refere à sua repercussão na formação continuada e no trabalho docente, com base na problemática de implementação de programas governamentais de formação continuada de professores da educação básica, vistos como estratégicos para a melhoria dos resultados educacionais nas avaliações em larga escala.

Para a análise do Pnaic no contexto atual da educação brasileira se recorrerá a documentos e legislação relacionados ao referido programa governamental como: o Manual do Pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece (2012); a portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, que institui o Pnaic; a portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012, que define categorias para a concessão

de bolsas de estudo e pesquisa e a medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012, convertida em lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados, dentre outros.

Em um primeiro momento será analisada a legislação educacional mais ampla e seus desdobramentos para a implementação do Pnaic, em seguida este programa governamental será analisado no contexto da política de formação de professores e de atuação profissional, sob a perspectiva da legislação educacional referente ao Pnaic e, por último serão apresentadas conclusões.

Esta constitui uma análise referente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), implementado em 2012, voltado para a formação de professores em vista da melhoria dos resultados educacionais nas avaliações em larga escala que pretende motivar outras discussões no campo das políticas educacionais, sobretudo, no que se refere à formação continuada de professores da educação básica.

O PNAIC E A PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: PARÂMETROS PARA A ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa do governo federal, no âmbito do MEC que, de acordo com o documento Manual do Pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece, “é um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental (BRASIL, p.11, 2012)”.

O Pnaic está inserido na política educacional em voga implementada na década de 1990 e retomada nos anos 2000 que trata a relação formação, trabalho docente e avaliação como estratégica para atingir melhores resultados educacionais nas avaliações em larga escala, como é o caso da Prova Brasil¹, da Provinha Brasil² e da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), esta última aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aos estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, se configurando como uma avaliação nacional anual para verificar o percurso de aprendizagem dos estudantes.

Nesse contexto educacional é relevante destacar que a formação e a atuação docente são consideradas pelo governo federal aspectos estratégicos no alcance da qualidade do ensino, o que tem contribuído para a responsabilização do professor pelos resultados nas avaliações em larga escala, apontada por autores como Santos (2008),

1 A Prova Brasil compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e avalia os estudantes em Língua Portuguesa e Matemática e é aplicada aos estudantes do 5º ano (4ª série) do ensino fundamental, bem como fornece resultados que são também utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

2 A Provinha Brasil avalia estudantes do 2º ano (1ª série) do ensino fundamental.

Scheibe (2010), Oliveira (2004), Freitas (2007), Freitas (2014), dentre outros.

Em contrapartida, o processo de avaliação da educação básica está centrado em instrumentos de avaliação, tais como o SAEB, a Provinha Brasil, IDEB e a ANA que fragilizam o trabalho docente, no sentido de promover a competitividade entre as escolas na busca por melhores resultados sem considerar as condições de trabalho em que estão inseridos professores e estudantes.

Em relação ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no campo da política educacional, no que se refere à legislação educacional, teve sua origem marcada pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que no art. 1º é definido como conjugação de esforços da União, Estados, Distrito Federal, municípios, famílias e comunidade destinados à melhoria da qualidade da educação básica e sua implementação reforçada pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) aprovado mediante a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, no art.2º, incisos I que trata da erradicação do analfabetismo e o IV que se refere à melhoria da qualidade da educação e, mais diretamente, na meta 5 que visa alfabetizar todas as crianças até o 3º (terceiro) ano do ensino fundamental e respectivas estratégias.

No entanto, ressalta-se que um programa de eliminação do analfabetismo implementado pelo Estado do Ceará, em 2007, intitulado de Programa pela Alfabetização na Idade Certa (PAIC), com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Pró-Letramento³ também nortearam o lançamento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (REVISTA EDUCAÇÃO, maio, 2013).

Nesta análise, frisa-se, com base em Martins (2016), que alinhada à perspectiva da Conferência Mundial de Educação, em Jontiem na Tailândia, em 1990 e do Fórum Mundial de Educação, em Dakar no Senegal, em 2000, o movimento Todos pela Educação, criado em 2005 e composto basicamente por um grupo de empresários lançou o projeto Compromisso Todos pela Educação em 2006, que inspirou o lançamento por parte do Ministério da Educação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, mediante o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 e do Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Nesse contexto educacional, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado em 24 de abril de 2007, simultaneamente, ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, promulgado pelo Decreto nº 6.094/2007. O PDE condicionou a transferência de recursos financeiros e a assistência técnica à assinatura do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação pelos estados, municípios e Distrito Federal.

3 O Pró-Letramento, um programa governamental, implementado em 2005, de formação continuada à distância, na modalidade semipresencial, e em serviço de professores das séries iniciais do ensino fundamental, que atuam na rede pública de ensino, com o objetivo de favorecer a melhoria do desempenho escolar de estudantes nas áreas de leitura/escrita e matemática. O programa é realizado pelo MEC em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão das secretarias estaduais e municipais de educação, mediante ao Plano de Ações Articuladas (PAR) (BRASIL, 2007).

Sendo que, após a “adesão” dos estados e municípios ao PDE, estes precisam elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR) que os vinculam aos programas do governo federal.

Em 2007, também foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) pelo MEC/ INEP para avaliar o nível de aprendizagem dos estudantes, tal como é apresentado no Decreto nº 6.094/2007, no artigo 3º:

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Como se pode observar no artigo 3º e no parágrafo único⁴ deste decreto, o IDEB consiste em um importante instrumento de verificação de metas e amplamente alinhado a perspectiva de mensuração dos resultados educacionais via avaliação em larga escala.

Krawczyk (2008) analisa o IDEB como um instrumento de avaliação que atende uma tendência internacional de sobrevalorização da avaliação como estratégia emergencial para a melhoria dos indicadores educacionais no plano internacional, ressaltando também a influência do grupo empresarial Todos pela Educação no lançamento do PDE e do IDEB.

No que se refere ao Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº13.005/2014 é importante analisar a meta 5 que consiste em “alfabetizar todas as crianças , no máximo, até o final do 3º(terceiro) ano do ensino fundamental” que está mais diretamente relacionada ao Pnaic, considerando também as estratégias 5.1, 5.2 e 5.6.

Nesta análise destaca-se, com base em Martins (2016), que a meta 5 do PNE está também estreitamente vinculada a meta 2 do movimento Todos pela Educação (TPE), que estabelece que toda criança deverá ser alfabetizada até os 8 anos de idade. De acordo com esta autora, este movimento, o Todos pela Educação (TPE), denominado de aliança composta por sociedade civil, iniciativa privada e por organizações sociais vinculadas à educação, que visa incidir em políticas públicas para a educação básica brasileira, em prol da qualidade da educação lançou 5 metas⁵ verificáveis e mensuráveis, sendo que a meta 2 é a que melhor traduz a influência deste movimento na implementação do Pnaic.

Em relação às estratégias da meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) é importante destacar as seguintes:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com o apoio pedagógico específico, a fim de garantir a

4 No parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 6.094/2007 “O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso”.

5 Martins (2016) analisa o TPE e apresenta as 5 (cinco) metas do movimento Todos pela Educação (TPE): “Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado à sua série; Meta 4: Todo jovem com o ensino médio concluído até os 19 anos e Meta 5: investimento em educação ampliado e bem gerido”(p. 13).

alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

(...)

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

(...) (BRASIL, 2014, p.6).

Nas estratégias para o alcance da meta 5 também observa-se a estreita relação entre a formação continuada de professores, avaliação educacional e trabalho docente, no sentido de promover a melhoria dos resultados educacionais, sobretudo de alfabetização dos estudantes até o 3º ano do ensino fundamental, sem a garantia da melhoria das condições de trabalho e formação continuada para os professores.

Com base nesse contexto educacional em que está inserido o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no que se refere à análise da formação continuada de professores no âmbito da legislação educacional mais ampla é que se pretende analisar este programa no âmbito da legislação específica.

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DO PNAIC

No campo da legislação do Pnaic, registra-se que este programa é subsidiado por vasta legislação como a portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 que institui este programa; a portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012, que define categorias para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pnaic; a portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, que define o valor das bolsas dos participantes da formação continuada do Pnaic e, a medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pnaic, convertida em Lei nº 12.801 de 24 de abril de 2013, dentre outras. Destaca-se também nesta análise que as portarias nº 867/2012, 1.458/2012 e 90/2013 foram alteradas pela portaria nº 1.094 de 30 de setembro de 2016. No entanto, neste trabalho não serão realizadas análises comparativas entre as portarias originais e as portarias com alterações, somente serão analisados alguns aspectos das portarias modificadas e em vigor.

Na portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 é relevante destacar três dos objetivos do Pnaic elencados no artigo 5º:

I-garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; III melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e IV- contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores.

Os incisos I, III e IV ressaltados da portaria nº 867/2012 permitem que se observe a ênfase atribuída às áreas de conhecimento Língua Portuguesa e Matemática, tornando secundárias as demais áreas de conhecimento também importantes para a escolarização das crianças nesta idade de 8 anos.

Freitas (2012) ao analisar o controle dos reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos, alerta para as conseqüências dessa intervenção, sendo relevante destacar as seguintes: estreitamento curricular; competição entre profissionais e escolas; pressão sobre o desempenho dos alunos e preparação para testes; fraudes e precarização da formação do professor, dentre outras.

Com base na análise deste autor, esta ênfase em Língua Portuguesa e matemática, além de, limitar o campo de conhecimentos dos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental retira a autonomia dos professores, tendo em vista que, os pressiona a trabalhar intensivamente as áreas do conhecimento que serão avaliadas, para conseguir alcançar os resultados educacionais pretendidos nas avaliações de larga escala.

Esta perspectiva de retirada de autonomia dos professores presente na portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 não é coerente com o que é estabelecido no Manual do Pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece (2012), que prever uma avaliação nacional que deve ser permanente, formativa e com a garantia de autonomia para o professor para elaborar instrumentos de avaliação e registro de aprendizagem.

No que se refere às ações previstas para o Pnaic, elas compreendem os seguintes eixos apresentados no artigo 6º da portaria nº 867/2012: I- formação continuada ; II- materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; III- avaliação e IV- gestão, controle e mobilização social.

De acordo com o Manual do Pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece (2012), as ações do Pnaic se constituem em um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas disponibilizado pelo MEC que visa contribuir com a alfabetização e com o letramento, tendo a formação continuada de professores alfabetizadores como questão central.

A formação continuada de professores alfabetizadores consiste em curso presencial inspirado no programa Pró-Letramento que deve ser conduzido por orientadores de estudos, também professores da rede pública de ensino. No que se refere aos materiais didáticos e pedagógicos consistem em livros didáticos, obras pedagógicas complementares e dicionários de língua portuguesa distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático

(PNLD); jogos pedagógicos distribuídos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), obras de apoio pedagógico aos professores e tecnologias educacionais de apoio a alfabetização distribuídos por turmas de alfabetização e não por escolas. As avaliações, por sua vez, se constituem em avaliações processuais, realizadas continuamente pelo professor em relação aos seus alunos; na inserção, por parte dos professores, em um sistema informatizado, dos resultados da Provinha Brasil de cada estudante do 2º ano no início e no final do ano e na aplicação pelo Inep da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aos estudantes concluintes do 3º ano para aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo. Também são previstos critérios de premiação e reconhecimento de professores que alcançarem melhores resultados nas avaliações. E por último, a gestão, controle social e mobilização que consiste em um sistema de monitoramento disponibilizado pelo MEC para apoiar as redes estaduais e municipais de educação e assegurar a implementação de todas as etapas do Pnaic.

Como pode ser observado na portaria nº 867/2012, a questão da formação continuada de professores e avaliação aparecem como pontos estratégicos do referido programa, sendo subsidiadas pela distribuição de materiais didáticos e pedagógicos de apoio a alfabetização e por um sistema de monitoramento que assegure formação e atuação docente previstas pelo MEC.

Sobre a formação continuada de professores alfabetizadores a portaria nº 1.458/2012 é definida da seguinte forma:

Art. 1º A Formação Continuada ofertada no âmbito do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa será realizada preferencialmente em serviço, nas escolas com classes de alfabetização, e tem como objetivo apoiar os professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos a planejarem suas ações e adotarem estratégias didático-pedagógicas que permitam aos estudantes de 1º a 3º anos alcançarem os objetivos de aprendizagem estabelecidos para o Ciclo de Alfabetização. (NR) Redação dada pela Portaria nº 1.094 de 30 de setembro de 2016.

A partir da análise desta portaria se pode notar uma contradição, tendo em vista que, apesar de o MEC atribuir autonomia aos professores e coordenadores pedagógicos para adoção de estratégias didático-pedagógicas destinadas ao alcance dos objetivos de aprendizagem estabelecidos para o Ciclo de Alfabetização⁶, como se observa nos documentos, legislação e na discussão disseminada sobre a política educacional são programas de formação continuada elaborados pelo MEC, que meramente, estimulam os professores a praticarem propostas pedagógicas que visam somente preparar os estudantes para alcançar um desempenho numericamente adequado na ANA e no IDEB, sem melhoria efetiva das condições de trabalho para professores e estudantes.

⁶ De acordo com o Manual do Pacto (2012), o ciclo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental é referente a um tempo sequencial de três anos (600 dias letivos), sem interrupções, destinado à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e escrita e à ampliação das referências culturais dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento.

Conforme o artigo 2º da referida portaria esta formação continuada será ofertada em serviço, sendo constituída por momentos presenciais e por momentos mediados por tecnologias, como webconferências e minicursos on-line, e as desenvolvidas pelo professor em sala de aula, a partir de sequências didáticas acordados com orientadores de estudo e professores formadores.

Tal portaria reafirma a análise de que o programa Pró-Letramento configura-se como principal referência para o Pnaic, tendo em vista a realização de formação continuada constituída por momentos presenciais e de momentos mediados pelas tecnologias.

No entanto, conforme analisam Fidalgo, Oliveira e Fidalgo (2009), o Estado deve viabilizar a ampliação do acesso de escolas, professores e demais profissionais da educação aos ambientes e equipamentos tecnológicos, para que os professores contem com recursos tecnológicos na formação continuada e na escola de atuação profissional.

Com base no artigo 3º desta portaria ressalta-se também que a formação continuada ofertada pelas instituições de ensino superior (IES) ou centros de formação de professores instituídos pelas redes de ensino, será ministrada aos orientadores de estudo que deverão ministrar as formações dos professores alfabetizadores e dos coordenadores pedagógicos.

De acordo com a Portaria nº 1.458/2012, no artigo 10, os orientadores de estudo são escolhidos mediante seleção pública e transparente, tendo que apresentar dentre outros pré-requisitos, ser professor efetivo da rede pública de ensino que promove a seleção e ter participado de programa de formação continuada de professores nos últimos três anos ou ser professor alfabetizador com resultados reconhecidos na escola e na rede de ensino de atuação profissional.

E no artigo 11, considera-se professor alfabetizador conforme esta portaria, o profissional cadastrado no Censo Escolar e que estar em efetivo exercício da função docente em turmas do 1º, 2º e 3º ano ou em turmas multisseriadas ou multietapa.

Na portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, no artigo 1º, incisos I e III respectivamente, ficam definidos os valores de R\$ 200,00 (duzentos Reais) para os professores alfabetizadores e de R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco Reais) para os professores orientadores. Nesta análise, no entanto, ressalta-se que os professores deveriam contar com um plano de carreira e remuneração que subsidiasse a formação continuada desses profissionais, com a redução da carga horária de trabalho e com compensação salarial e, não a mera oferta de bolsa de estudo.

Neste artigo, apesar de a análise estar centrada na formação continuada dos professores alfabetizadores, compreende-se, concordando com Scheibe (2010), que a formação docente deve estar vinculada às melhores condições de trabalho, carreira e remuneração.

No que se refere à formação de professores, consiste em um curso presencial destinado aos professores alfabetizadores com duração de dois anos, com carga horária de 120 horas por ano, baseado no Programa Pró-Letramento que tem como proposta de

trabalho estudos e atividades práticas sendo conduzidos por professores orientadores (MANUAL DO PACTO, 2012).

Em relação à avaliação é preciso retomar o registro de que a partir de 2013, somada às avaliações nacionais que já são aplicadas aos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental ocorreu a aplicação de uma prova pelo Inep, semelhante à Provinha Brasil, apontada como fator determinante para a implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), denominada a partir de 2014 de Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

De acordo com o documento Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico (2013), a ANA envolve o uso de instrumentos variados que visam “ aferir o nível de alfabetização e letramento em língua portuguesa e alfabetização em matemática das crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental e as condições das instituições de ensino às quais estão vinculadas” (INEP, p.7, 2013).

No entanto, o que se infere nesse momento é apenas a “pressão” por melhores resultados nas avaliações realizadas na escola, visando elevados índices de desempenho escolar dos estudantes nas avaliações nacionais, como na Provinha Brasil e na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

De acordo com Freitas (2014), as avaliações nacionais, no contexto das políticas educacionais, não têm sido relacionadas à melhoria das condições de trabalho e formação dos professores, mas à responsabilização desses profissionais pelos resultados educacionais.

No Brasil, em relação à avaliação da educação básica é preciso destacar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil e a Provinha Brasil que seguem os parâmetros internacionais de avaliação, do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) um exame internacional que vem sendo coordenado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um organismo internacional.

Esta forma de avaliação da educação básica é problemática, devido visar resultados mensuráveis, desconsiderando as condições materiais de escolas e professores, que não são as mesmas em todo o país, imprimindo uma conotação pouco efetiva aos processos avaliativos em larga escala.

Com base na análise referente à provável repercussão do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC) sobre a formação e trabalho docente é propício apresentar conclusões referentes aos impactos deste programa governamental, sem perder de vista a legislação educacional como norteadora da política de formação.

CONCLUSÕES

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), com base nesta análise da legislação educacional, documentos e referenciais teóricos representa a mais recente

estratégia do governo federal, que mais uma vez promove um programa de formação continuada de professores para melhorar os resultados educacionais nas avaliações de larga escala.

Em contrapartida, se pretende uma política de avaliação da educação básica que promova a participação efetiva, a autonomia e resultados destinados à intervenção para a melhoria da escola pública. Assim, torna-se latente a necessidade de reorientação da política educacional para a educação básica que priorize uma educação com qualidade social, entendida como acessível à maioria da população escolarizável e, pautada nos princípios de inclusão social e na constituição de pessoas críticas.

No que se refere à formação continuada de professores é preciso que se torne uma política de Estado e não de Governo, que se manifesta pela descontinuidade e pela tendência utilitarista, tendo em vista que está intimamente relacionada à busca de melhores resultados nas avaliações, por meio da mensuração de metas, nesta análise configurada como SAEB, IDEB, Provinha Brasil, ANA.

Nesta análise também defende-se que os professores contem com condições favoráveis para usufruir de seus processos de formação continuada e com garantia para uma atuação profissional consistente, tais como recursos materiais e humanos, tempo necessário para formação, jornada de trabalho reduzida, redução do número de estudantes por turma, dentre outros fatores.

Em termos gerais, esta é apenas uma análise preliminar referente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e à legislação educacional que pretendeu motivar outras análises no campo das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Geral do Pró-Letramento**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece**. Brasília, DF, 2012.

_____. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Avaliação Nacional da Alfabetização- ANA: documento básico**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf. Acesso em 20/03/2014.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 02/06/2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 02/06/2017.

_____. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 02/06/2017.

_____. Medida Provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, dá outras providências. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 02/06/2017.

_____. Lei nº 12.801 de 24 de abril de 2013. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12801.htm. Acesso em: 02/06/2017.

_____. Portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012. Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 02/06/2017.

_____. Portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013. Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 02/06/2017.

FIDALGO, Nara L. R.; FIDALGO, Fernando. Trabalho docente e a lógica produtivista: conformação e subjetividade. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria A. M.; FIDALGO, Nara L. R. (org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009.

FREITAS, Helena Costa Lopes. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 – Especial- 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300026&lang=pt. Acesso em: 29 set. 2011.

_____. PNE e formação de professores: contradições e desafios. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v.8, n.15, p. 427-446, jul/dez, 2014. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 03/06/2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Sociedade & Educação**. Campinas, v.33, n.119, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302012000200004&lng=pt Acesso em: 20/12/2012.

GUERREIRO, Carmen. Ceará, o berço do Pacto. **Revista Educação**. Edição 193, maio, 2013. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/193/ceara-o-berco-do-pacto-288360-1.asp>. Acesso em: 28/01/2014.

KRAWCZYK, Nora. O PDE: novo modo de regulação estatal? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 135, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742008000300011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06 dez. 2010.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação?** Como os empresários estão determinando a política brasileira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, n. 89, 2004.

SANTOS, Terezinha F. A. M. dos. **Conversas impenitentes sobre a gestão na educação**. 22 ed. Belém: EDUFPA, 2008.

SCHEIBE, Leda. Valorização e Formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, v. 31, n 112, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 47, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 127, 129, 164
Anime 65, 66, 67, 68, 70, 71
Avaliação educacional 98, 99, 101, 102, 103, 108, 115

B

BNCC 13, 14, 15, 16, 17, 18

C

Cooperação 119, 123, 127, 163
COVID-19 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 63

D

Docência 28, 29, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 53, 81, 123, 124, 125, 132, 133, 135, 139, 141

E

Educação aberta 143
Educação de jovens e adultos 1, 3, 4, 6, 11, 12, 35, 44, 72
Educação e saúde 36
Educação profissional 73, 75, 76, 78, 79, 85, 86, 164
Educação superior 19, 20, 21, 22, 24, 64, 80, 81, 100, 144, 145
Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 125, 126, 127, 128, 133, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 163
Ensino de Libras 54
Ensino de Química 65, 66
Estágio curricular 29, 32, 42, 44, 45, 46
Estágio supervisionado 1, 2, 27, 30, 31, 45
Estratégias 2, 12, 15, 20, 21, 23, 50, 58, 66, 81, 82, 100, 107, 108, 113, 114, 115, 117, 128, 129, 136, 137, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 155
Experiência 2, 3, 4, 6, 13, 26, 29, 30, 31, 42, 44, 47, 48, 51, 52, 60, 64, 83, 102, 123, 125, 127, 132, 153, 163, 164

F

Formação de professores 13, 17, 27, 29, 34, 35, 36, 39, 42, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 63, 64,

73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 102, 110, 112, 115, 118, 121, 153, 163

G

Grupo de estudo 98, 101, 102, 103, 105, 106, 107

I

Implementação 13, 14, 15, 64, 73, 80, 81, 85, 86, 101, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 120, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Integração tecnológica 1, 5

L

Leitura 31, 32, 34, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 108, 113, 117, 127, 128, 129, 133, 160

Ludicidade 104, 123

M

Mapas conceituais 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64

P

PARFOR 42, 43, 44, 45, 47, 48

Pedagogia 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 72, 77, 81, 85, 123, 133, 163, 164

Pessoas com deficiência 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86

Política de formação continuada 110

Políticas públicas 15, 38, 80, 81, 82, 101, 114, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 164

R

Readequação 50

T

Tecnologia educacional 20, 50

Trabalho pedagógico 13, 48, 101, 109, 136, 141

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br